



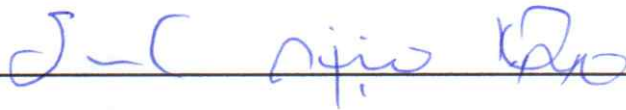
ESTADO DO PIAUÍ
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DE FRONTEIRAS-PI
CNPJ: 35.126.499/0001-62
AV. JOSÉ AQUILES DE SOUSA, S/N

Ata da 11ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Fronteiras/PI.

Aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Fronteiras/PI, reuniu-se em Sessão Ordinária a Câmara Municipal, sob a presidência do Vereador Samuel Agripino Ribeiro, que, após verificar a existência de quórum regimental, declarou aberta a sessão. Estiveram presentes os Senhores Vereadores: Cícero Luz Alves, Eliene Sousa dos Santos, Luiz Angel Silva Bezerra, Manoel Neto Pereira, Maria Clara Pereira Bezerra, Mariana de Fátima Sousa Sobrinho e Maria Liege Gomes de Sousa. Registrou-se a ausência do Vereador Francisco Dino da Silva. Aberta a sessão, o Presidente cumprimentou os visitantes presentes e o Secretário de Meio Ambiente, Fabrício Carlos, que também se encontrava na sessão. Na sequência, foi registrada a justificativa de ausência da Vereadora Maria Liege Gomes de Sousa na sessão anterior, em razão de problemas de saúde, com anuência dos demais parlamentares. Dando prosseguimento, o 1º Secretário procedeu à leitura do Requerimento nº 006/2025, de autoria da Vereadora Mariana Sobrinho, o qual solicita a atualização do Portal da Transparência do Município de Fronteiras. Na oportunidade, a autora do requerimento reiterou que requisição anterior de mesma natureza, também de sua autoria, não havia sido respondida pelo Executivo Municipal. A parlamentar destacou que o Chefe do Poder Executivo tem o dever legal de responder aos requerimentos de informação, conforme estabelecido na legislação pertinente à transparência pública. Submetido à apreciação plenária, o Requerimento nº 006/2025 foi aprovado por unanimidade, sendo autorizada sua remessa ao Poder Executivo Municipal. Em seguida, o 1º Secretário realizou a leitura do Requerimento nº 007/2025, também de autoria da Vereadora Mariana Sobrinho, o qual solicita informações detalhadas acerca da aplicação dos recursos oriundos da Lei Paulo Gustavo, que contemplou o município com o

montante aproximado de R\$ 116.000,00 (cento e dezesseis mil reais). A vereadora esclareceu que o requerimento tem por finalidade apurar: a) de que forma o referido valor foi recebido pelo município; b) qual foi sua destinação específica; e c) quais foram os critérios utilizados para a aplicação dos recursos. O requerimento foi igualmente submetido à apreciação dos vereadores presentes, os quais concordaram, por unanimidade, com sua remessa ao Executivo Municipal. Na sequência, foi procedida a leitura do Projeto de Lei nº 006/2025, de autoria do Poder Executivo, que versa sobre a reestruturação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) do Município de Fronteiras, criada pela Lei 425/2009, altera sua nomenclatura e dá outras providências. Após a leitura, o Presidente convocou o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Fabrício Carlos, para proceder à explanação técnica da proposta legislativa. Com a palavra, o Secretário Municipal cumprimentou os presentes e realizou a exposição dos fundamentos e objetivos do projeto de lei. Na oportunidade, ele destacou que o projeto visa atualizar a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, reestruturando-a para incluir disposições legais que permitem seu funcionamento efetivo. Encerrada a apresentação, o Presidente indagou aos parlamentares se havia dúvidas quanto ao conteúdo do projeto. Com a palavra, a Vereadora Mariana Sobrinho questionou a composição do Conselho Municipal previsto no projeto, indagando o porquê de a representatividade estar limitada a membros da comunidade do Poço da Areia, mesmo havendo outras associações ativas no município. Em resposta, o Secretário de Meio Ambiente esclareceu que a composição atual do Conselho já estava prevista na legislação vigente, não tendo havido proposta de modificação no presente projeto para inclusão de representantes de outras associações, mas que é possível realizar essa inclusão. Ainda com a palavra, a Vereadora Mariana ressaltou a importância de ampliar a representatividade no Conselho Municipal, de modo a incluir outras associações locais, como forma de garantir a pluralidade de vozes, transparência e ampla divulgação das informações. Ainda durante a discussão do Projeto de Lei nº 006/2025, com a palavra, o Vereador Cícero Alves questionou a composição do Conselho Municipal previsto na referida proposta legislativa, indagando se é juridicamente possível que vereadores, na condição de integrantes do Poder Legislativo, componham o referido órgão colegiado, uma vez que se trata de um conselho vinculado à estrutura administrativa do Poder

Executivo Municipal. Seguiu-se debate entre os parlamentares sobre o questionamento levantado pelo Vereador Cícero, especialmente no que diz respeito à possibilidade de membros do Poder Legislativo integrarem conselhos municipais vinculados ao Poder Executivo. Os vereadores presentes destacaram precedentes de legislaturas anteriores, nas quais parlamentares efetivamente compuseram conselhos municipais, o que teria ocorrido de forma legítima e sem conflitos, bem como aduziram que tal entendimento encontra respaldo no Regimento Interno da Casa. Em relação ao Projeto de Lei nº 006/2025, a Vereadora Mariana Sobrinho apresentou proposta de emenda verbal, com o objetivo de incluir, na composição do Conselho Municipal previsto no projeto, representantes de associações ativas do município, de modo a assegurar ampla representatividade e participação social. A parlamentar esclareceu que a emenda seria posteriormente reduzida a termo e formalizada por escrito, nos termos regimentais, para fins de registro e incorporação ao projeto de lei. Encerradas as manifestações, o Presidente submeteu à votação nominal o Projeto de Lei nº 006/2025, com a emenda verbal incorporada, tendo sido acolhido por unanimidade pelos vereadores presentes, ficando, assim, aprovado em sua forma final para remessa ao Poder Executivo Municipal para fins de sanção. Posteriormente, o Presidente indagou se mais algum vereador ou vereadora desejava fazer uso da palavra, momento em que a Vereadora Eliene Sousa manifestou interesse em se pronunciar. Com a palavra, a Vereadora requereu ações urgentes do Executivo em relação à manutenção da rede de iluminação pública em Fronteiras. Na oportunidade, a parlamentar destacou que é dever da Prefeitura manter o funcionamento adequado da iluminação pública em todas as ruas e bairros do Município. Ainda, a parlamentar destacou a necessidade de o Poder Executivo dar retorno formal e tempestivo às demandas encaminhadas pelo Poder Legislativo Municipal, especialmente no que se refere a requerimentos de informações, indicações e demais proposições aprovadas em plenário. Encerrados os pronunciamentos, o Presidente da Mesa Diretora agradeceu a presença dos parlamentares, servidores públicos e cidadãos que acompanharam os trabalhos. Nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a presente Sessão Ordinária.



Samuel Agripino Ribeiro

Presidente da Câmara Municipal de Fronteiras/PI



Luiz Angel Silva Bezerra

1º Secretário